

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Implementação dos Sistemas Municipais de Cultura:

Litoral Norte de São Paulo

Indiara Gomes

Maio de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob orientação do Prof. Dr. Danilo Júnior de Oliveira.

IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE CULTURA: LITORAL NORTE DE SÃO PAULO¹

Indiara Gomes²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) nos municípios de São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. A análise será embasada por meio de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de cultura e suas dimensões no contexto histórico das políticas públicas culturais no Brasil, bem como pela aplicação de questionários semiestruturados sobre o processo do SMC nas cidades estudadas. A pesquisa sugere que os municípios considerados ainda não compreendem que o SMC é um dos mecanismos de política pública cultural na promoção do desenvolvimento e da cidadania cultural. O estudo pode contribuir para a reflexão sobre a construção de um processo de políticas culturais que envolvam efetivamente o poder público e a sociedade civil.

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais; Sistema Nacional de Cultura; Sociedade Civil; cidadania.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the process of implementation of the Municipal Cultural System (SMC) in the municipalities of São Sebastião, Caraguatatuba and Ubatuba. The analysis will be based on a bibliographic review on the concepts of culture and its dimensions in the historical context of cultural public policies in Brazil, as well as by the application of semistructured questionnaires on the SMC process in the studied cities. The research suggests that the municipalities considered do not yet understand that the SMC is one of the mechanisms of public cultural policy for promoting development and cultural citizenship. The study can contribute to the reflection on the construction of a process of cultural policies that effectively involve the public power and civil society.

Keywords: Cultural Public Policies; National System of Culture; Civil Society.

RESÚMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de implementación del Sistema Municipal de Cultura (SMC) en las ciudades de São Sebastião, Caraguatatuba y Ubatuba. El análisis se basará en una revisión de la literatura sobre los conceptos de cultura y sus dimensiones en el contexto histórico de las políticas culturales en Brasil, y en la aplicación de cuestionarios semi-estructurados en el proceso de SMC en las ciudades estudiadas. La investigación sugiere que los municipios considerados todavía no entienden que el SMC es uno de los mecanismos de política pública cultural para

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos.

² Graduada em Educação Física nas Faculdades Integradas Módulo (2004) e Pedagogia na Faculdade Cruzeiro do Sul (2015), especializada em Arte Integrativa na Universidade Anhembi Morumbi (2007).

promover el desarrollo y la ciudadanía cultural. El estudio puede contribuir a la reflexión sobre la construcción de un proceso de políticas culturales que involucren efectivamente el gobierno y la sociedad civil.

Palabras clave: Políticas Públicas Culturales; Sistema Nacional de Cultura; Sociedad Civil.

1 Introdução

Desde 2012 os municípios brasileiros iniciaram a adesão e implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Esta pesquisa pretende compreender e registrar o processo de efetivação do SMC nos municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba, região do Litoral Norte de São Paulo³.

A metodologia aplicada propõe criar um diálogo entre teoria e prática. Desta forma apresenta três etapas: a primeira é uma revisão bibliográfica que consiste em uma reflexão de como os conceitos e as dimensões da cultura permeou e definiu o planejamento das políticas públicas culturais no Brasil. O embasamento será amparado nos estudos de Williams (1958), Isaura Botelho (2001) e Rubim (2013).

Marilena Chauí (2006) propõe que a cultura deve ser vista como um direito do cidadão, e a política cultural, como uma prática da cidadania cultural. Como exemplo será enfatizado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), proposta regulamentada no governo Lula de 2003 a 2011.

A segunda etapa apresenta o resultado da aplicação de três entrevistas semiestruturadas, que analisa a implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) nas cidades estudadas. Com uma contribuição prática, as entrevistas captaram os pensamentos e demandas dos órgãos de gestão responsáveis pelo SMC, o Estado, aqui traduzido pela Secretaria de Cultura ou Fundação Cultural. Foram observados os pontos que dialogam e os que promovem convergência a partir de algumas questões: contexto histórico dos municípios; o processo de implementação do SMC; desafios.

Na terceira etapa foram comparados os resultados obtidos com a revisão bibliográfica e as entrevistas, para, assim, levantar problemáticas sobre o processo de implementação do Sistema Municipal de Cultura, que exige novo posicionamento e

³ A região do Litoral Norte de São Paulo é composta das cidades de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Após várias tentativas para marcar uma entrevista, não consegui realizar a pesquisa na cidade de Ilhabela.

reestruturação das relações do poder público e a sociedade civil. Conhecer e analisar este processo de transição de um novo modelo de políticas públicas culturais pode contribuir do ponto de vista social e histórico para novos estudos nessa área, além de ser um instrumento de reflexão e ação para outros municípios.

2 Conceito e a abrangência da cultura e suas implicações na política cultural

A gestão cultural de muitos municípios brasileiros ainda está à mercê das mudanças ocorridas de quatro em quatro anos. A cada governo há um novo posicionamento. A falta de acompanhamento de processos iniciados e uma gestão que não envolve a sociedade civil em suas ações refletem numa política pública cultural fragilizada e inconsistente. Para propor uma análise dessa situação, aponto a seguir, alguns dos conceitos de cultura, suas dimensões e implicações nas políticas públicas culturais, para compreender e refletir sobre o contexto atual, que será analisado na pesquisa de campo.

Na história da humanidade muitos foram os conceitos dados ao termo cultura. Ser culto era privilégio de poucos, conferia status, nobreza, além de ser uma forma de dominação sobre as classes menos favorecidas. Segundo Chauí 2006, p.106:

a cultura era o aprimoramento da natureza humana por meio da educação estendida em sentido amplo, isto é, como formação das crianças pela sua iniciação à vida da coletividade por meio do aprendizado de música, dança, ginástica, arte da guerra, gramática, poesia, oratória, lógica, história, filosofia, etc. Culta era a pessoa moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da filosofia, de sorte que a divisão social das classes era sobre determinada pela distinção entre cultos (os senhores) e incultos (escravos, servos e homens livres pobres), e a distinção entre os povos se fazia pela designação do outro como bárbaro.

Na explanação de Chauí, pode-se observar que os conceitos de arte e cultura da Antiguidade Clássica permaneceram ao longo do tempo, sendo que, com o fim da época conhecida como Idade Média, o renascimento trará à luz novamente valores objetivos do período. Do início do século XVI em diante, como destaca J.B. Thompson (2009,

p.167): “este sentido original foi estendido da esfera agrícola para o processo de desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente”.

A antropologia se desenvolverá como disciplina durante o século XIX, abrindo espaços para novas concepções de cultura, conhecidas como concepções antropológicas. Conforme estudos de Shritzmeier 2005, os trabalhos iniciais foram inclinados a explicar a ideia de humanidade, diante de sua realidade heterogênea, que se constituía por uma hierarquia que tinha como função diferenciar grupos humanos do simples, chamados de bárbaros ao complexo, vistos como civilizados. Dessa forma, privilegiando as características europeias e norte-americanas em detrimento de outras expressões culturais.

Como desenvolvimento dos estudos, o conceito de cultura deslocou sua conotação etnocêntrica para a ênfase dos estudos dos costumes, práticas e crenças de outras sociedades que não as europeias. Essa ideia é apresentada nos estudos de Thompson (2009) que, dentre um dos seus conceitos, traz a concepção simbólica de cultura como forma de interpretação construindo sentido simbólico de realidade.

Segundo Williams (1958), cada sociedade humana tem sua própria forma de expressão, sendo que o nível de cultura de uma sociedade se refere às relações que ela estabelece. Ao alargar o conceito de cultura criam-se possibilidades de constituir novas relações na sociedade refletindo sobre as dimensões da cultura. Os estudos de Isaura Botelho (2001) discutem a importância de distinguir as duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica. A visão da dimensão antropológica pontua um amplo conceito de cultura na perspectiva de uma cultura construída com a participação de todos. A dimensão sociológica se refere a valores estéticos, ao status, aos acadêmicos e intelectuais que produzem cultura nas ações institucionalizadas.

Apesar de traçar pontos distintos nas duas dimensões de cultura, antropológica e sociológica, Botelho (2001, p.76) afirma que as duas são igualmente importantes no ponto de vista da política pública, porém exigem estratégias diferentes, pois: “A abrangência dos termos de cada uma dessas definições estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais”, determinando, assim, o tipo de investimento governamental em diversos países.

Conforme o contexto histórico, os conceitos de cultura e suas dimensões permearam as ações de políticas públicas culturais. Trazendo essa reflexão para o no país, segundo estudos de Rubim (2013), o Brasil, produziu tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade. Na tradição de ausência, durante o período imperial até o período republicano, as ações de cultura eram reduzidas à preservação do patrimônio além do menosprezo e perseguição de culturas indígenas e africanas; proibição de instalação de imprensa, inexistência de ensino superior; a cultura era tratada como privilégio para alta sociedade. Já na tradição do autoritarismo ocorreram políticas públicas culturais mais sistemáticas, e o Estado assumiu um papel mais ativo, porém visava a instrumentalizar a cultura e seu caráter crítico por meio da censura e todo tipo de repressão. Como consequência da ausência e do autoritarismo surge a tradição de instabilidade que se sustenta na fragilidade da descontinuidade administrativa e ausência de políticas mais persistentes.

Ao relacionar os referenciais teóricos, pode-se observar que as políticas culturais no Brasil apresentaram em muitos momentos, uma visão restrita de cultura, como algo estático, previamente definido por interesses da classe dominante, afirmando o controle e a domesticação das mentes. Essa visão traz como reflexo a ausência da participação popular, colocando o Estado como protagonista nas decisões de interesse público. Segundo Chauí, a política de um Estado vai determinar como será a sua política cultural. A autora afirma que no Brasil os reflexos das assimetrias sociais irão se projetar no campo da política e, portanto, na política cultural. Faz-se necessário uma mudança de valores para que haja uma mudança política. Sendo a cultura como um direito do cidadão e a política cultural como prática da cidadania cultural. Ao criar um novo olhar na ideia de cultura, tanto na sua produção quanto fruição e circulação, há novas demandas para o Estado e a sociedade, tendo uma maior participação dos diversos atores sociais como finalidade da política cultural, na busca da democracia cultural.

O século XXI dá início a uma nova fase da relação do Estado com a política e produção cultural. Nos estudos de Rubim (2013), ainda estamos inseridos nesse período e acompanhando o seu processo. O autor aponta esta nova fase como herdeira das ideias de Marilena Chauí (2006), porque se assume a ideia de cidadania cultural, tendo o Estado como o protetor e propulsor para as suas condições de aplicação.

Em contrapartida ao cenário de tristes tradições nas políticas públicas da cultura brasileira, durante o governo Lula (2003-2011), com o Ministro da Cultura Gilberto Gil, houve uma ativa participação do Estado na formulação e implementação das políticas de cultura. Segundo Rubim, o ministro privilegiou dois temas que batiam de frente com as tradições da ausência e instabilidade, pois enfatizou a continuidade e o papel do Estado na formulação de políticas públicas de cultura. O diálogo abriu caminhos para enfrentar o autoritarismo e o elitismo para a ampliação do conceito de cultura, popular, afro-brasileira, indígena, de gênero, de orientação sexual, da mídia, das redes, periferia etc. O ministro valorizou em suas ações a abrangência do conceito de cultura. Gil (2003, p.11) afirmava que “formular políticas culturais é fazer cultura”. Desta forma, a cultura era contemplada como: “... Cultura como uma usina de símbolos de cada comunidade e de toda nação. Como eixo construtor de nossa identidade. Como espaço de realização da cidadania. Cultura como síntese do Brasil” (GIL, 2013, p. 246).

O diálogo constante com a sociedade foi uma marca deste governo por meio de seminários, câmaras setoriais e, inclusive, a Conferência Nacional de Cultura. Onde foi reconhecida a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento das políticas culturais e de formação de dados estatísticos sobre a cultura e a economia da cultura.

Entre as ações de políticas culturais desenvolvidas, enfoco neste artigo o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que foi instituído pela Emenda Constitucional nº 71/2012, e até o presente momento se encontra em fase de adesão e implementação nos municípios brasileiros. O SNC tem como objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

O SNC considera a cultura em três dimensões: a simbólica, numa perspectiva antropologia cultural como conjunto de modos de viver, valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; a cidadã, como princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos universais; e a econômica, com foco na geração de emprego e de renda.

A adesão ao SNC é voluntária e é realizada por meio de um Acordo de Cooperação Federativa, em que cada cidade pode receber recursos federais para o setor cultural e suporte para a estruturação de seu sistema de cultura. O município que faz a adesão ao SNC tem acesso a um plano detalhado para o processo de implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC), podendo sofrer adequações conforme cada

região. Os componentes obrigatórios para o processo de construção do SMC são: Coordenação: Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente; Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação: Conselho Municipal de Política Cultural e Conferência Municipal de Cultura; Instrumentos de Gestão: Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura. Ficam facultativos à comissão gestora: sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura; e sistemas setoriais de cultura.

Os municípios brasileiros passam por um importante momento de mudança, já que em seu histórico sempre ocorreu uma relação vertical com o Estado. Nem sempre as propostas formuladas pelo governo federal abrangiam as necessidades e a diversidade de cada região. Desta forma, as cidades padecem com o baixo investimento à cultura, com a demora do repasse de verbas e com rupturas de programas já instalados. Uma das grandes contribuições do SMC é incluir os municípios na construção do planejamento de políticas públicas culturais do Estado, dando voz aos seus anseios e particularidades, traçando um diálogo com as esferas Estadual e Federal. Segundo Botelho (2001, p. 76): “é mais fácil lutar pela ampliação do espaço político como estratégia específica da área da cultura junto aos governos municipais. Em função de sua proximidade”. A autora afirma que esses governos tornam-se mais suscetíveis às demandas e pressões da população, desta forma é possível imaginar a contribuição da cultura ao desenvolvimento.

A seguir apresento estudo de caso que demonstra como o SMC está sendo constituído na prática em três cidades do Litoral Norte de São Paulo.

3 Estudo de caso sobre a implementação do SMC no Litoral Norte de São Paulo

Para verificar o processo de implementação do SMC foram realizados três estudos de caso por meio de entrevistas concedidas pelos gestores culturais dos municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba. As conversas foram gravadas em dias e locais previamente combinados, no último trimestre de 2016. Foi utilizado um roteiro, que segue como apêndice deste artigo, para estimular as falas.

Para análise do estudo de caso foram criadas algumas categorias: contexto histórico da região, processo de implementação do SMC em cada cidade e análise dos dados. A pesquisa não visa a quantificar resultados, mas sim refletir sobre o processo de

implementação do SMC e observar como cada cidade está se mobilizando na construção dessa nova proposta de política cultural.

a) Contexto histórico da região do Litoral Norte Paulista

O Litoral Norte de São Paulo traz em sua história a diversidade cultural, recebendo forte influência da miscigenação das diversas nações indígenas, do homem branco e das forças de trabalho vindas da África, que dão origem aos vários aspectos físicos e culturais da região. Em função da especulação imobiliária na região, nos anos 70 muitas comunidades quilombolas e caiçaras foram expulsas de suas posses, a cultura tradicional ficou à margem, sendo vista como rudimentar. Até hoje estas cidades recebem migrantes de diversos estados do país, sofrendo influências, muitas delas já incorporadas na cultura local.

Os órgãos de gestão de cultura surgiram a partir do final da década de 1980. A região apresenta um contexto de política cultural que se modifica em cada governo, refletindo em práticas de autoritarismo e instabilidade, já mencionadas nos estudos de Rubim (2013). Nos relatos dos entrevistados observa-se uma preocupação com a cultura tradicional caiçara, porém com uma forte inclinação para visão restrita de valorização em momentos pontuais, como datas comemorativas e grandes eventos. Tendo a necessidade de estruturar uma política pública que contemple a cultura como um bem simbólico de todos.

Nas entrevistas as oficinas culturais aparecem como “as meninas dos olhos” dos órgãos gestores, com números relevantes de participantes e em diversos espaços espalhados pelos bairros das cidades, enfatizando as artes clássicas. Na programação do calendário anual de cada cidade, os grandes shows promovidos pela mídia hegemônica se destacam e incorporam grande fatia do orçamento destinado à cultura. A gestão cultural visa o acesso à cultura na forma institucionalizada, mencionando nas características da dimensão sociológica da cultura nos estudos de Botelho (2001).

b) O processo de implementação do Sistema Municipal de Cultura

A implementação do SMC pode ser um dos instrumentos de efetivação de políticas públicas culturais na região, contemplando de fato as verdadeiras necessidades de cada cidade, para além de promover o acesso, criar espaço para a democracia cultural, tendo a cultura como direito e modo de viver. Atualmente está ocorrendo o

processo de implementação conforme as etapas verificadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Processo de implementação do SMC no Litoral Norte Paulista

Fases	Caraguatatuba	São Sebastião	Ubatuba
Conferências realizadas	3	3	3
Adesão ao SNC	07/07/2015	02/01/2013	16/08/2013
Conselho de Políticas Culturais	Iniciou o processo	Sim	Sim
Plano Municipal de Cultura	Não	Não	Aguarda aprovação
Fundo Municipal de Cultura	Sim	Sim	Sim

Fonte: própria autora.

Conforme dados apresentados no quadro acima, todas as cidades participaram de três conferências apresentando suas demandas nos encontros das esferas municipal, estadual e federal. Inclusive relatam que parte dos documentos produzidos para as conferências foram inseridos na criação da lei do SMC.

As etapas do processo se encontram em momentos específicos; desta forma, apresento separadamente cada cidade com suas particularidades. A análise seguirá a seguinte ordem: apresentação do ano de adesão e a atual etapa do processo, criação da lei do SMC, formação do conselho, participação da sociedade civil, desafios e conquistas almejadas.

Caraguatatuba

A adesão ao SNC em Caraguatatuba aconteceu em 2015, e atualmente o SMC está no processo de formação do Conselho Municipal de Política Cultural.

O diretor de cultura da Fundação Cultural e Educacional de Caraguatatuba (Fundacc), representado pelo gestor A., relata que ao iniciarem o processo de implementação do SMC, confundiram os termos e queriam criar primeiro o Plano municipal de Cultura, e após estudos começaram a entender o processo e foram seguindo cada fase. Ele relata que tiveram que realizar duas audiências para a criação do projeto de lei do SMC, pois “havia assuntos bem inflamados”. Ao tentar estreitar o diálogo com a comunidade ele reforça que: “enquanto Fundação, nós fomos muito

tranquilos ao ouvir a população e os artistas, tentamos deixar o nosso SMC mais democrático, para fortalecer a sociedade como um todo”. Não houve impedimento do poder legislativo, sendo tranquila a aprovação da lei.

O diretor de cultura ainda diz que esse caminho pela via da democracia exige acolhimento e paciência para construir essa nova relação entre o poder público e a sociedade civil: “o próprio artista tem muita dificuldade de entender... não pode pensar no umbigo, tem de ser no coletivo. Isso é cultura de balcão, o povo acha que pode pedir roupa, quer pedir viagem, tem de pensar de uma forma mais ampla”.

Não ter uma equipe dentro da Fundacc para tratar especificamente do SMC é visto como um desafio, causando lentidão no desenvolvimento do processo. Porém, o diretor A., vê de forma positiva as contribuições do SMC:

...traz permanência das políticas, mas exige capacitação, não é só boa vontade. Tem de saber de leis e história. Dentro do processo de gestão também tem de ter procedimento, então, tem hora que é muito cansativo. A gente tem pouco tempo, porque ainda vivemos dentro de um trabalho em que a gente tem de resolver problemas que são pessoais, de relacionamento, que estão mais voltados para RH que à cultura como um todo.

No atual momento, o município está estruturando estratégias para envolver a sociedade na formação do conselho de cultura de políticas culturais.

Ao perguntar sobre a importância da efetivação do SMC para o desenvolvimento cultural da cidade o diretor acredita que: “vai poder ter atenções maiores para coisas como Oficinas Culturais e vai atender melhor às demandas do fomento e de forma mais democrática e mais clara... traz permanência das políticas”.

São Sebastião

O município de São Sebastião aderiu ao SMC em 2013, sendo o órgão gestor a Secretaria de Cultura e Turismo, representada, aqui, pela sua secretária, denominada na entrevista por M.. A cidade está na fase inicial do PMC, preparando o planejamento das audiências públicas.

Segundo a secretária, a fase de institucionalização do SMC foi muito difícil, devido ao pouco envolvimento da comunidade, mas a aprovação da lei foi rápida:

Teve audiência pública com a presença do prefeito, vereador, secretário de assuntos jurídicos, eu e algumas pessoas da comunidade... A nossa lei do SMC está exagerada. Ela tem de ser retalhada, foi feita baseado em outros municípios que tinham o Sistema. Mas tem coisas que são fora da nossa realidade. Tem de ser alterado, mas isso é absolutamente normal. Agora, quanto à aprovação na câmara, os vereadores aprovaram sem conhecerem o que é o SNC nem o SMC.

O Conselho Municipal de Política Cultural é composto de 20 integrantes, de forma paritária, tendo o poder público e sociedade civil na sua constituição, contemplando as diversas linguagens. Porém, a secretária A. ressalta que não há comprometimento por parte dos conselheiros, e que durante um ano e meio as discussões foram redundantes, sem ações mais efetivas para a implementação do SMC: “Os atores e fazedores de cultura de São Sebastião também não sabem o que é o SMC... São pontuais e umbilicais e são só duas pessoas do conselho que conseguem pensar no coletivo, as demais pensam nas suas áreas”. Dessa forma, reforça o seu ponto de vista:

Fizemos um lançamento do PMC, um dos passos para a elaboração, mas tinha quarenta pessoas, e temos quanto fazedores? Não há um entendimento de que qualquer plano tem de ser elaborado pelos fazedores de cultura. São eles que sabem do que necessitam... Quem eles são e aonde querem chegar. Mas não existe esse envolvimento.

A articulação do poder público e a sociedade civil são os maiores desafios apontados no andamento do processo de implementação do SMC em São Sebastião. Já no campo das conquistas, após a implementação, a gestora cultural anseia a possibilidade de a cidade poder participar de editais do Ministério da Cultura, ampliando a captação de recursos.

Ubatuba

O município de Ubatuba aderiu ao SNC também em 2013 e no momento está na fase final do PMC, aguardando aprovação da Prefeitura e da Câmara Municipal. A Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (Fundarte) optou por fazer a entrevista com três representantes, sendo eles: P., diretor presidente, N., diretora de cultura e B., gerente de projetos.

A institucionalização do SMC teve início com a sensibilização da população e um contato direto com os vereadores explicando sobre a necessidade da aprovação da lei na promoção de política pública cultural, desta forma não tendo muitos problemas para cumprir essa etapa. Foram consideradas as demandas levantadas nas conferências realizadas em 2012 e 2013, e, segundo B., foram enxutas de 19 a 20, com muito conflito para inserir as atuais, foram feitos dois fóruns, um na primeira presidência, e outro, na segunda, e o desafio foi contemplar os dois.

O Conselho Municipal de Política Cultural já está na segunda formação e é composto de 21 conselheiros, 70% deles, integrantes da sociedade civil. Para a criação do conselho foram realizadas cinco pré-conferências em todas as regiões da cidade. Mesmo assim B. diz que: “... faltaram muitas pessoas, não tendo disputa, quem se inscreveu já pegou a cadeira”. O presidente P. observa que no início houve um envolvimento ideológico, mas, depois, um enfraquecimento da participação. Segundo a diretora de cultura N.:

Mas a dificuldade que a gente tem é que sempre ficam uns produtores e uns grupos de produção do município, eles sempre querem dar mais prioridade às questões deles... As reuniões do conselho são sempre muito efusivas, elas têm muita razão, mas têm sempre muita emoção envolvida, mas esse processo de mexer com o instinto das pessoas tira a gente daquele limbo de se sentir impotente... Agora eles estão vendo que têm força.

A diretora de cultura N. acredita que é necessário capacitar os conselheiros sobre os conceitos, procedimentos e a importância do SMC, para que as reuniões sejam mais produtivas. “É justamente criar essa cultura do fazer, e os conselheiros entenderem que eles são parte do contexto. Não são forças opostas”.

Para a elaboração do PMC houve uma ampla divulgação tanto dos objetivos quanto das ações. O seu maior desafio foi contemplar todas as demandas coletadas da participação da sociedade civil ao longo de todo o processo, sendo que foram mais de cinco pré- conferências, quatro conferencias e onze fóruns setoriais.

O departamento jurídico da Fundart, conforme relato de P., está contribuindo com alguns apontamentos referentes a conceito, lei e orçamento municipal que estejam de acordo com as normas de elaboração do PMC. Foi criado um grupo de trabalho

dentro do conselho para discutir as questões levantadas e providenciar o encaminhamento do documento para a prefeitura.

A grande dificuldade observada por N. é a sensibilização dos conselheiros sobre a necessidade de aprovação do PMC: “A lei torna factível o anseio. Você ganha força jurídica de ação”.

Sobre a análise das conquistas alcançadas no processo de implementação do SMC, P. argumenta que:

Na minha visão, a maior conquista é o movimento. Muitas vezes a gente acha que a maior conquista é o final do objetivo, eu acredito que a maior conquista é o caminho que se percorre. Então, todo esse processo, essa caminhada... a adesão dessas pessoas, essa consciência que começa a desenvolver crítica no sentido de descobrir que se tem força, não fica só numa Secretaria de Cultura, ou numa Fundação, a responsabilidade pelas ações. O cidadão se apodera de um direito que é inato dele, que faz parte do processo democrático... Eu acredito que se conseguisse retirar essa casca de ideologias partidárias e pensar que se luta por uma causa, e que ela é muito empírica... É um ganho muito significativo essa movimentação das pessoas. E voltando a lembrar que se pode dar a mão para o outro do lado.

Diferentemente das outras cidades, além de cumprir com os componentes obrigatórios do plano de trabalho, Ubatuba também viabilizou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). O SNIIC integra dados culturais vindos da sociedade e dos órgãos públicos e privados de cultura e visa a criar um banco de dados eletrônico que reúne e divulga informações sobre cultura. A cidade que coloca seus dados no sistema ficará representada no mapa da diversidade cultural do país.

c) Análise dos dados

O processo de implementação do SMC em cada município estudado se apresenta em fases distintas, seja pela diferença do tempo de adesão, seja pelos entraves encontrados ao longo do processo. Como a cultura não é pauta da política, as cidades tiveram um árduo trabalho para sensibilizar os vereadores para a aprovação da lei do SMC, não porque eles eram contrários à proposta, mas porque desconheciam completamente o documento.

Nas entrevistas aparece uma recorrente observação de todos os municípios se referindo à participação da sociedade civil como uma das dificuldades encontradas no processo. De um lado, o poder público acostumado a impor seus valores, introduzindo, segundo Paulo Freire (2006), a “cultura do silêncio”, vindo com naturalidade a subalternidade. Do outro lado, a possibilidade de participação da sociedade trazendo uma explosão de vozes, que desordenadamente se expressam com a ânsia de serem ouvidas em suas necessidades latentes, o que é chamado nas entrevistas de “falas umbilicais”. O discurso de ambas as partes ainda se constitui com base na desconfiança e rivalidade, não chegando ainda no âmbito da reflexão. Paulo Freire afirma em seus estudos que é necessário desconstruir as relações viciosas entre o oprimido e o opressor criando espaço para uma nova reestruturação. Não com uma inversão de papéis, mas, de forma crítica e reflexiva, superar e ressignificar essa relação, dentro de um contínuo processo.

Nos estudos de Capra, essa interação é ressaltada como uma necessidade da evolução humana:

A humanidade surgiu através do próprio processo de criar cultura, e a necessidade dessa cultura para sua sobrevivência é ulterior à evolução. A evolução humana, portanto, progride através de uma interação dos mundos interno e externo, dos indivíduos e das sociedades, da natureza e da cultura. (CAPRA, 1982, p. 291, 292)

Ao ampliar o conceito de cultura criam-se novas possibilidades que antes não eram contempladas, e, para tanto, há a necessidade de desconstruir a estrutura administrativa vigente. Durante a entrevista ficou evidente que a falta de conhecimento de processos de políticas culturais torna lenta a evolução do SMC. O poder público e a sociedade civil se esbarram em procedimentos jurídicos e em conceitos que só na teoria não modificam a prática, devendo ser elaborados e construídos no coletivo. Todo processo de gestão exige diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados. Mais que escrever um bom PMC, o importante é vivenciar a cidadania cultural, em que todos os envolvidos se sintam responsáveis por sua manutenção e contínua transformação. O desafio para o processo de implementação de políticas culturais é o reconhecimento da existência da diversidade de públicos, com visões e interesses

diferentes. Tereza Ventura afirma que “o desafio que se impõe é combinar processos culturais particulares com direitos de cidadania universais” (VENTURA, 2005, p. 88.).

Para que se dê a articulação do poder público e a sociedade civil é necessário que se construa no coletivo a ideia de que o SMC pode promover a cidadania e o desenvolvimento cultural da região. E isso vai muito além de apenas conhecer as etapas de implementação.

5 Considerações finais

No histórico de políticas públicas no Brasil a cultura foi delegada a segundo plano, sustentando uma ação hegemônica e desfavorecendo a diversidade. Após reflexão teórica e análise das entrevistas realizadas neste estudo, verificou-se que a gestão cultural nas cidades de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba reflete essa realidade, valorizando uma política que tem como objetivo a ampliação do acesso à cultura consagrada.

Cada cidade estudada apresenta um contexto histórico e um gerenciamento que conduz a relação com as políticas públicas culturais. Mesmo que o SMC apresente um plano de trabalho em comum, os caminhos seguidos se modificam com cada realidade. A proposta de abrangência do conceito de cultura e da participação da sociedade ainda é um processo a ser elaborado na prática.

O grande desafio apresentado é promover o envolvimento da sociedade civil no processo de implementação do SMC. A lei garante a legitimidade da participação, mas a prática ainda se estabelece como enfrentamento devido ao ranço histórico de políticas autoritárias do Estado.

Segundo Nogueira (2005), o SMC levanta alguns questionamentos para efetivação desta participação: O Estado está preparado para interagir e estabelecer diálogo com aqueles que nunca foram interlocutores? Como promover a participação popular a partir de um cenário de forte exclusão social em que as classes menos favorecidas lutam ainda por necessidades primárias? Não basta propiciar a participação, mas observar a qualidade da mesma. O poder público deve capacitar toda a sua equipe para o gerenciamento do diálogo com a sociedade civil.

E por outro lado, é de extrema importância a sociedade civil participar de capacitações sobre a implementação do SMC e compreender o funcionamento do sistema público para articular saberes e propor modos de intervir, acompanhar e avaliar, não sendo apenas expectador. Entretanto, exige um diferente olhar para se posicionar nesta nova relação, que, segundo Albuquerque, requer a revisão da forma “desconfiada” de interagir com o saber técnico, com as negociações e alianças políticas. Desta forma, “Acumular conhecimento e experiência suficientes para poder mover-se seguramente nos espaços de governo, sem o temor de perder sua identidade, ou de ser manipulado por atores com maior acesso ao saber e ao poder, é um processo longo e difícil” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 57).

O SMC possibilita uma transformação nas relações no campo das políticas culturais, sendo que ela ganha complexidade por meio da inter-relação de diferentes agentes na gestão cultural. Antes numa perspectiva vertical sobreposta, agora, em forma de rede:

A rede como representação de conectividade, de ligação, de simultaneidade e de interdependência, torna-se um atrativo para compreender a dinâmica e a complexidade de uma gestão que deve associar atores — estatais e não estatais — na resolução de problemas comuns dentro do espaço público. (ANDRADE, 2006, p. 55.)

A perspectiva de rede envolve a complexidade dessa relação articulando conhecimentos de forma dinâmica na resolução dos problemas. A implementação do SMC é uma ponte para processo de transição de paradigma, um momento de desconstruir velhos padrões e ressignificar o conceito de cultura e sua abrangência, em que todos os envolvidos na política cultural sejam sujeitos ativos na promoção de transformação e mudanças da sociedade.

Morin (2000), em seus estudos na área de educação, considera que a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino. Trazendo essa reflexão para a área da cultura, analiso que a reforma do conceito e abrangência da cultura deve levar à reformulação do pensamento, e a reformulação do pensamento deve levar à reforma da política pública cultural. E é nessa dialética que deve se dar o processo de mudança, podendo ser nos municípios, o SMC, um dos caminhos a serem percorridos.

Referências

ALBUQUERQUE, M. Participação cidadã nas políticas públicas. In: HERMANNNS, Klaus (Org.). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004, p. 57.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Redes de atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? *Revista Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, n. 64, p. 52-66, mai./ ago. 2006. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/56/17>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Brasília: MinC, 2014. Disponível em: www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc-. Acesso em: 5 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/>. Acesso em: 5 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC. Brasília: MinC**, 2011. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/snc/publicacoes/-/asset_publisher/ZMIFTprWo9N8/content/estruturacao-institucionalizacao-e-implementacao-do-snc/10907>. Acesso em: 5 out. 2016.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_abstract>. Acesso em: 22 set. 2016.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHAUI, M. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. 2ª reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: MinC, 2003.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reformar, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no governo Lula. In: **Revista Lusófona de Estudos Culturais Lusophone Journal of Cultural Studies**. Bahia, v.1, n.1, p. 224-

242, 2013. Disponível em:

<<http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/viewFile/17/43>>. Acesso em: 28 set. 2016.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Antropologia e educação em direitos humanos. In: BITTAR, Eduardo C.B. (Org.). **Educação e Metodologia para os Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

THOMOSON, JB. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VENTURA, T. Notas sobre política cultural contemporânea: In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan./abr. 2005.

WILLIAMS, R. **A cultura é de todos**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/dos/117715570/williams>>. Acesso em: 7 set. 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES CULTURAIS

- 1- Como gestor cultural no município, quais atividades você desenvolve?
- 2- Qual é o órgão que faz a gestão cultural no município?
- 3- Qual é a concepção de cultura que atualmente norteia as ações no município?
- 4- Quais são as diretrizes de política pública cultural para município?
- 5- De quanto é o orçamento destinado à cultura? Quais são as ações envolvidas?
- 6- Existem outras formas de investimento destinado à cultura? Quais? (SIC, patrocínio, convênio).
- 7- O histórico da cidade é composto da diversidade cultural com influência dos indígenas, afrodescendentes e caiçaras. Existe política pública cultural voltada para a valorização dessas culturas?
- 8- A cidade aderiu ao Plano Nacional de Cultura? Em caso positivo, está em qual etapa do processo? Em qual ano?
- 9- Conforme os itens abaixo, quais foram os desafios encontrados para cumprir cada etapa do processo?
 - Institucionalização? (lei)

- Estruturação? (gestor responsável, conselho, regimento, instituição do fundo municipal de cultura).
- Elaboração do Plano Municipal de Cultura? (sensibilização dos atores sociais, elaboração, mecanismos de participação e envolvimento da comunidade).

10- Como é a atuação do Conselho de Políticas Culturais?

11- Quais são as maiores dificuldades encontradas no processo de adesão do Plano Nacional de Cultura?

12- Você observa que houve alguma conquista para o município com a adesão do Sistema Nacional de Cultura?

APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO

Ao

CELACC- Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 9, sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluna: Indira Gomes

Declaração

Eu, Adbailson Wellington Moreira dos Santos, portador do RG nº 32.629.083-7, autorizo a Sr.^a. Indira Gomes a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em gestão de projetos Culturais (GESTCULT).

Caraguatatuba, 01 de novembro de 2016

Assinatura

Adbailson W.M. dos Santos
Diretor de Cultura
Matrícula 159

Ao

CELACC- Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 9, sala 08, Cidade Universitária
CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluna: Indiara Gomes

Declaração

Eu, BRUNO DE MELO COMBETTA, portador do RG nº, 30.053.358-5 autorizo a Sr.^a. Indiara Gomes a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em gestão de projetos Culturais (GESTCULT).

Ubatuba, 31 de outubro de 2016

Bruno M. Combetta

Assinatura

Ao

CELACC- Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 9, sala 08, Cidade Universitária
CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluna: Índiara Gomes

Declaração

Eu, Mário Edmar A. Barbosa, portador do RG nº, 32357670-9 autorizo a Sr.^a Índiara Gomes a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final,

destinado ao curso de Especialização em gestão de projetos Culturais (GESTCULT).

Ilhabela, 01 de novembro de 2016



Assinatura

Ao

CELACC- Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 9, sala 08, Cidade Universitária
CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluna: Indiara Gomes

Declaração

Eu, Marianita Bueno, portador do RG nº, 5.463.411- autorizo a Sr.^a. Indiara Gomes a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em gestão de projetos Culturais (GESTCULT).

São Sebastião, 04 de dezembro de 2016


Marianita Bueno
Assinatura **Secretaria de Cultura e Turismo**

Ao

CELACC- Centro de Estudos Latino- Americanos sobre Cultura e Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 9, sala 08, Cidade Universitária

CEP 05508-020, Butantã, São Paulo, SP

Ref. Especialização em Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)

Aluna: Indira Gomes

Declaração

Eu, Paulo Wladimir Zanin da Motta, portador do RG nº, 18041761/7 autorizo a Sr.^a Indira Gomes a publicação da minha entrevista, cedida para fins acadêmicos, visando a elaboração de seu artigo final, destinado ao curso de Especialização em gestão de projetos Culturais (GESTCULT).

Ubatuba, 31 de outubro de 2016



Assinatura